



INFORMAÇÃO

TIMOR - LESTE

PERIODICIDADE MENSAL

PREÇO AVULSO: 50\$00

ANO VII

Nº 64 MAIO 1991

De repente, em Abril ...

Nos meses de Março e Abril o problema de Timor-Leste conheceu novos impulsos, em parte derivados de uma maior atenção por parte da imprensa internacional - que não deixa de o apontar como um exemplo claro da dualidade de critérios na resolução de conflitos por parte da comunidade de Estados - em parte resultante de os órgãos de soberania portugueses em chegada a um consenso quanto aos termos da deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território.

UMA CRESCENTE ATENÇÃO INTERNACIONAL

Em fins de Abril passado, o diário londrino **The Times** publicou um editorial sob o título «Até quando Timor continuará esquecido?», criticando vivamente as posições da Comunidade internacional perante o problema de Timor-Leste.

«Os dirigentes do Ocidente têm passado o tempo, desde a campanha do Koweit, insistindo que os pequenos países ficaram, depois disto, mais seguros contra as agressões. Será verdade?». Recordando que «as Nações Unidas têm uma longa história de critérios desiguais na avaliação dos sofrimentos do mundo», o editorialista passa em revisão os trágicos acontecimentos que envolveram a anexação daquele território pelo exército indonésio, «numa impiedosa guerra de opressão que se prolonga até hoje», em particular o comportamento das potências ocidentais, nomeadamente da Grã-Bretanha, que têm continuado a vender armas à Indonésia apesar do desrespeito do regime de Jacarta pelas resoluções aprovadas pela ONU. «O facto de esta afronta ter já 16 anos não a torna menos afrontosa», pelo que «sanções militares e económicas [contra a Indonésia] seriam perfeitamente apropriadas».

O editorial termina, concluindo que «um referendo sob a supervisão das Nações Unidas, para permitir aos timorenses decidirem sobre o seu futuro é mais do que um direito; se a nova ordem mundial significa alguma coisa, então Timor-Leste devia voltar imediatamente à agenda das Nações Unidas».

No seguimento deste editorial, a TV britânica referiu-se por diversas vezes à questão, no que tem sido acompanhada por outros órgãos de informação, nomeadamente abordando aspectos relacionados com o frutuoso comércio de armas com a Indonésia, que há anos vem sendo denunciado por organizações dos direitos humanos.

Este editorial do **The Times** ocorre quatro meses depois de um outro credenciado órgão de informação, o **The New York Times**, ter igualmente chamado a atenção da Administração Bush e da opinião pública norte-americana para a situação que se

continua a viver naquele território e da necessidade imperiosa de encontrar uma solução negociada para o conflito que respeite os direitos dos timorenses.

Têm-se assim multiplicado, nos últimos meses, os sinais de uma maior atenção da comunidade internacional perante o problema de Timor-Leste.

Sinal deste novo «estado de espírito» é igualmente o «Projecto de relatório sobre Timor-Leste», elaborado pelo senador francês Robert Pontillon e aprovado na Comissão dos Assuntos Políticos do Conselho da Europa, devendo agora ser apresentado para discussão e votação na respectiva Assembleia Parlamentar. Será a primeira vez que o caso de Timor será objecto de apreciação por parte desta Assembleia do Conselho da Europa.

O ante-projecto de resolução, depois de constatar que «desde o início da anexação, as forças de ocupação indonésias têm-se defrontado violentamente com um movimento de resistência armada timorense» e que «este movimento sempre beneficiou do apoio da população (...) e muito particularmente, nestes últimos anos, do apoio dos jovens, (...) condena firmemente a anexação de Timor pela Indonésia, considerada como uma violação do direito internacional, particularmente do direito dos povos à autodeterminação e à independência (...).

A Assembleia exorta o governo indonésio a:

a) cessar toda a violação das normas internacionais garantindo o respeito dos direitos do homem e o direito dos povos à autodeterminação e à independência; (...)

c) promover um cessar-fogo imediato com as forças de resistência timorenses, a proceder a uma retirada das suas forças armadas do território de Timor e a criar as condições políticas necessárias ao livre exercício da autodeterminação.

Finalmente, a Assembleia pede aos Estados membros do Conselho da Europa para:

a) se pronunciar por uma solução política negociada no seio das Nações Unidas com a participação de Portugal, da Indonésia e do povo timorense;

b) exortar os países que têm laços económicos com a Indonésia (particularmente o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha, a Austrália) a fazer pressão sobre este país para que cesse toda a violação dos direitos humanos e toda a apropriação das riquezas e recursos naturais de Timor; (...).

Para esta crescente atenção da comunidade internacional contribuíram, indirecta mas decisivamente, os acontecimentos

NESTE NÚMERO:

- De repente, em Abril...
- Vaticano: a pastoral do compromisso
- CMI: um silêncio pouco «cristão»

do Koweit e, no seu seguimento, o esmagamento da sublevação curda, com todo o seu cortejo de horrores perpetrados pela tropa do regime ditatorial de Bagdade. Eles são a demonstração da falta de empenhamento das grandes potências no estabelecimento de uma outra ordem internacional, que respeite efectivamente o direito das nações à existência, independentemente da sua dimensão ou riqueza, de já terem ou de ainda não terem o seu Estado constituído. Os «dois pesos e duas medidas» de que falava o editorial do **The Times** vai continuar a ser, ainda por muito tempo, a regra dominante. A atitude da Administração Bush de suspender, já neste mês de Maio, a ajuda à Jugoslávia alegando violações dos direitos humanos por parte das autoridades deste país, é bem demonstrativo desta hipocrisia pois se esta política fosse aplicada coerentemente, há muitos anos que teria sido suspensa a ajuda à Indonésia.

Tal não significa, porém, que não existam também sinais - se bem que muito ténues - de uma outra «disposição» por parte das grandes potências ocidentais perante o problema de Timor-Leste, e isto em consequência da situação social e política que se vive na Indonésia. A luta pela conquista de áreas de influência por parte dos novos blocos político-económicos em ascensão (EUA/Canadá, Comunidade Europeia e Japão mais os «quatro tigres» da Ásia) leva-as a olhar com desconfiança os Estados como a Indonésia, com ambições regionais e com regimes politicamente muito fechados, que tornam difícil o seu controlo por forças externas (e daí a imposição de formas de legitimação do poder do tipo ocidental).

FINALMENTE A VISITA?

Permanece ainda em aberto, ao fim de 4 anos - recorde-se que foi em 1987 que a história da visita de uma missão portuguesa a Timor-Leste começou a ser publicamente ventilada - a ida de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território.

Foi também em Abril que esta questão recebeu um grande impulso, com o encontro entre dirigentes da delegação da Fretilin no exterior com a Comissão Eventual da AR para acompanhamento da situação em Timor-Leste, assim como o encontro de uma delegação dos Parlamentares por Timor-Leste (PET) com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Pérez de Cuellar,

Qualquer desses dois encontros teve o condão de confrontar os deputados portugueses com as expectativas existentes quanto

ao papel que deles se esperava para se sair do impasse em que se está e permitiu chegar a uma plataforma de entendimento entre os três órgãos de soberania nacionais quanto às condições mínimas a apresentar à parte indonésia para a realização desta visita.

Na altura em que escrevemos, esta está agora dependente das conversações a haver em Nova Iorque entre representantes de Lisboa e de Jacarta, sob a égide das Nações Unidas, mas não é difícil de adivinhar que a Indonésia tentará levantar obstáculos à sua concretização tentando fazer subir o «preço a pagar» por Portugal, sabendo de antemão que nem o nosso país nem o Secretário-Geral da ONU têm alternativas, já que deixaram que as conversações entre os dois Estados se esgotassem na deslocação dos parlamentares portugueses.

Daqui, mais uma vez, a importância de se questionar em que política se inscreve esta deslocação, quais os objectivos que persegue, o que se seguirá a ela.

Há que recordar que os deputados de S.Bento não são uns senhores independentes e neutros, que não se querem envolver no conflito e apenas lá vão para confirmar, ou desmentir, os «progressos» trazidos pelos ocupantes indonésios. Os parlamentares portugueses serão, naquele contexto, os representantes de uma parte interessada, a potência administrante, que se encontra empenhada em fazer respeitar os direitos dos povos, consignados internacionalmente na Carta das Nações Unidas.

Por outro lado, a tentativa de aproveitamento das próximas eleições gerais indonésias, em Abril de 1992, para, de alguma forma, servir como acto referendário legitimador da anexação, continua viva em algumas mentes (indonésias e portuguesas ...). Foi, aliás, a partir desta ideia mas para as eleições de 1987 que surgiu o «convite» do parlamento indonésio ao parlamento português para a visita a Timor-Leste. Ficamos a aguardar os resultados das conversações em Nova Iorque.

Não deixa de ser curioso, contudo, que num momento em que se fala de um acordo de cessar-fogo entre a Resistência armada e as FA indonésias como condição fundamental para a ida dos deputados portugueses ao território, o super-ministro da Defesa e Segurança, o alm. Sudomo, tenha declarado aos órgãos de informação do seu país - e reproduzida na **Far Eastern Economic Review** - que as acções militares em Timor-Leste iam ser suspensas, não só porque a guerrilha já não representava uma ameaça, como por «falta de fundos».

Vaticano: a pastoral do compromisso

A visita do Papa a Portugal era aguardada com alguma expectativa, particularmente entre a comunidade timorense radicada no nosso país, dadas as posições de ambiguidade que o Vaticano tem vindo a cultivar relativamente à questão de Timor-Leste. Bem presentes na nossa memória ainda estão as atitudes de convite à resignação, de aceitação beatífica da opressão, feitas por João Paulo II em Dili a que a juventude timorense tão dignamente respondeu.

Mas o Vaticano continua a apostar no compromisso com os «novos senhores» do território.

Na visita que o Papa fez a Portugal aconteceu o que os mais pessimistas teriam dificuldade em prever: no avião que trazia João Paulo II e os jornalistas da sua comitiva foi distribuído, pelos serviços do Vaticano, um documento - elaborado, segundo foi divulgado posteriormente, pela Rádio Vaticano - afirmando que Portugal tinha perdido Timor-Leste, «que se torna a 27ª província da República da Indonésia (17 de Julho de 1976)».

Para além da visão do mundo subjacente a esta afirmação - a do mundo dividido entre os que «perdem» e os que «ganham» províncias - ela representa uma clara tomada de posição política a favor das teses indonésias com a agravante de ser falsa, pois a ONU tem-se recusado, até hoje, a reconhecer uma integração violenta, contrária à Carta das Nações Unidas.

O Papa reforçou aquela posição quando citou a Indonésia, mas não Timor-Leste, entre os territórios aos quais Portugal levou a «evangelização», palavras que feriram profundamente os timorenses. Mas o ambiente que João Paulo II veio encontrar nesta questão em Portugal não foi bem aquela que ele esperava. No próprio dia da chegada da comitiva papal, o **Diário de Notícias** publicava uma sondagem de opinião onde por uma clara maioria era expresso o desejo de ver o Papa abordar a situação em Timor-Leste e a mesma clara maioria pronunciava-se por que tal abordagem deveria fazer uma condenação explícita da violação dos direitos humanos naquele território.

Tal estado de espírito era também o de sectores da comunidade timorense que resolveram não esperar em silêncio pela

A VISITA DO PAPA VAI
TRAZER-NOS DIAS DE
BOA VONTADE



SIM, MAS PODÍAMOS TALVEZ
APROVEITAR PARA FALAR A
SUA SANTIDADE NO DRAMA
DOS TIM...



"NÃO SÓ NOS DEVEM PERDOAR
LIMAS MULTAZITAS, COMO
AINDA VAMOS TER MAIS
LIM FERIADO!"



"HOMEM, NÃO DEITES
TUDO A PERDER



INIG

Diário de Notícias, 2/5/91

bênção papal e tomaram a iniciativa de lhe «lembrar» os seus direitos e esperanças, no que contaram com a solidariedade de muitos jovens católicos portugueses. Primeiro no Estádio do Restelo, onde houve a missa campal, e depois junto da Embaixada do Vaticano, os timorenses retomaram o facho que os seus compatriotas haviam agitado em Dili em 12 de Outubro de 1989 mostrando que a chama continua bem viva e que não será a Santa Sé que a conseguirá apagar.

O eco que estas iniciativas tiveram junto da comunicação social portuguesa - não só imprensa e rádio mas também a TV - levaram João Paulo II a inflectir um pouco a sua posição pró-indonésia. No dia seguinte a estes acontecimentos respondeu a uma pergunta escrita de jornalistas da Rádio Renascença (e após insistência

destes junto dos serviços de imprensa do Vaticano!), onde declarou que «o problema político de Timor-Leste compete às Nações Unidas» e que esperava que ele fosse «resolvido de acordo com os princípios da justiça e os direitos humanos e nacionais».

É claro que a entrevista à RR foi para consumo interno português enquanto a homília pronunciada no Estádio do Restelo foi divulgada no mundo inteiro pelo *Osservatore Romano* e não deixará de ser utilizada pelo governo da Indonésia para proclamar que o Vaticano reconhece o carácter indonésio de Timor-Leste.

Quanto aos funcionários do Vaticano, ficaram a acreditar que tinham contentado toda a gente. Mas como diz o povo, «quem joga com um pau de dois bicos, acaba sempre por espetar-se numa das pontas ...».



Conselho Mundial das Igrejas: um silêncio pouco «cristão»

O Conselho Mundial das Igrejas (CMI) encerrou, em Camberra, Austrália, a 20 de Fevereiro, a sua 7ª Assembleia sem discutir nem tomar qualquer posição sobre o problema de Timor-Leste.

O silêncio do CMI nesta questão, após os seus enérgicos e louváveis protestos sobre a situação dos Aborígenes australianos, desiludiram os timorenses que esperavam que o drama da sua pátria tivesse um melhor tratamento que nas anteriores assembleias, uma vez que se poderiam fazer bastantes analogias entre Timor-Leste e a questão dominante da Assembleia: a crise do Golfo.

O CMI seguiu sempre uma linha muito pragmática sobre a questão de Timor-Leste, não muito afastada da do governo australiano. À semelhança de Camberra, foi, em 1975, obrigado moralmente a condenar a invasão indonésia que ocorria enquanto em Nairobi se realizava a 5ª Assembleia do CMI. Desde então teve como principal prioridade as boas relações com o influente Conselho Indonésio das Igrejas (PGI) e, apesar de bem informado sobre a magnitude das injustiças em Timor-Leste, optou por ficar inactivo.

Esta situação tem sido bastante embaraçosa para muitos representantes do CMI que, apesar de terem tentado, por várias vezes, colocar a questão de Timor-Leste, têm sido sempre postos «fora de jogo» pela Indonésia. Nesta última Assembleia repetiu-se esta encenação.

Antecedendo a Assembleia foi escolhida uma delegação do CMI, composta por quatro delegados, cuja missão era visitar Timor-Leste, a caminho de Camberra, a fim de tomarem conhecimento da situação no território e fazer um relatório para a Assembleia. Porém, só um delegado teve possibilidades de concretizar a tarefa. Dois deles não puderam ir derivado à crise do Golfo e o terceiro, um bispo português, considerado o delegado chave, foi-lhe negado pelo governo indonésio, numa forma muito diplomática, o visto. Informado que teria de o pedir em Madrid por Portugal não ter relações diplomáticas com a Indonésia, só na véspera da visita lhe foi dito que teria de obter o visto em Singapura, quando já era demasiado tarde para fazer os preparativos necessários.

Assim, aquela delegação, constituída por uma única pessoa, foi colocada (ou deixou-se colocar) numa situação de pouca credibilidade. Acompanhado por funcionários do governo e da igreja protestante indonésia, não teve oportunidade de compreender a realidade e saiu de Timor-Leste dizendo que tinha sido enganado pelos relatos da situação dados pela imprensa estrangeira. Enquanto o **Jakarta Post** escrevia que «o CMI sauda o progresso em Timor-Leste», era o próprio governador nomeado pela Indonésia para Timor-Leste, Mário Carrascalão, que uma semana mais tarde dizia ao parlamento daquele país que a repressão estava a provocar um maior descontentamento, num território já bastante agitado!

A representação indonésia que assistiu à Assembleia do CMI e que incluía um pastor protestante de Timor-Leste, era enorme. Havia, de facto, mais delegados da Indonésia do que do resto da Ásia e Pacífico juntos. De acordo com observadores, funcionários da embaixada indonésia em Camberra trabalharam juntamente com eles e utilizaram a habitual prática intimidativa de fotografar os delegados que exprimiam preocupação quanto à situação em Timor-Leste. Esta tática foi complementada por uma outra mais



«cristã», envolvendo alguns membros do grupo PGI que abordavam os outros representantes das ilhas do Pacífico como «irmãos», avisando-os de que ao levantar a questão de Timor-Leste poderiam criar problemas ao PGI nas suas relações com o governo indonésio...

As tentativas feitas para mencionar, embora de passagem, Timor-Leste nos documentos da Assembleia foram goradas devido às objecções expressas pela representação indonésia. Um exemplo: num documento provisório, com o sugestivo título de «O espírito da verdade torna-nos livres», era feita referência às «lutas pela auto-determinação no Camboja e em Timor-Leste». A Formosa substituiu Timor-Leste no texto final. Outro exemplo: o «Relatório da Comissão para questões públicas» declarava «o seu apelo para uma maior autonomia e independência aos povos das ilhas do Pacífico que ainda estão sob dominação colonial». Quando as delegações destas ilhas procuraram incluir referências directas a Timor-Leste e à Papua Ocidental, a delegação indonésia objectou. Esta objecção foi aceite e no documento final não se fez referência a qualquer destes territórios.

Não pode ser negado que o papel da igreja indonésia torna complicado o trabalho do CMI. Mas também é verdade que, nesta ocasião, a chantagem política por ela feita venceu, o que compromete o papel de «consciência» de que o CMI se auto-proclama.

Director: António Pinto Pereira Proprietário: Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718

Produção: João Escadinha Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas Tiragem: 1000 ex. Assinatura anual: 1.000\$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317